O moderno e o atraso como impasse para mudanças: Por uma sociologia política do futebol brasileiro[1]

Miguel Cunha[2]

Resumo: O presente artigo visa analisar e destrinchar a arquitetura institucional do futebol brasileiro e demonstrar como esta estrutura política é moldada de tal maneira a favorecer os interesses privados dos dirigentes das federações estaduais e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Mobilizando literaturas da sociologia política e do pensamento social e político brasileiro na tentativa de perscrutar, nas bases sociais da formação social e política brasileira, a explicação para que fenômenos políticos como coronelismo, clientelismo e mandonismo persistirem e explicar, assim, determinados rumos tomados pelas instituições políticas brasileiras e suas lógicas de funcionamento. Uma variável imprescindível para o presente trabalho é a existência, apenas no Brasil, de federações estaduais com grande capital político e decisório dentro da estrutura de poder do futebol. A análise dar-se-á pela pesquisa qualitativa através de análise documental de estatutos e regimentos internos do funcionamento eleitoral das federações e da CBF retirados de seus respectivos sítios oficiais, além da coleta de materiais jornalísticos acerca das práticas dos dirigentes na tentativa de captar as condições que possibilitam suas ações e permitir a compreensão de quais são as consequências deletérias da busca pelos interesses privados na política do futebol brasileiro. Pretendo demonstrar, portanto, que a atual estrutura de poder do futebol brasileiro é resultante de um processo mais abrangente de formação das instituições políticas do Estado brasileiro, onde neste, devido à sua formação enquanto oriundo de uma experiência colonial singular, moderno e atraso se fundem e resultam em respostas idiossincráticas a elementos da modernidade. Almejo, portanto, demonstrar como a fusão desses dois elementos opostos é a chave para compreender a persistência de determinados valores políticos na política do futebol e a impossibilidade de mudanças significativas em sua estrutura. Além disso, será defendido um modelo descentralizado de gestão do futebol que possa atender prioritariamente os interesses dos grandes clubes no Brasil.

Palavras-chave: Sociologia Política; Futebol; CBF; Federação Estadual; Pensamento Social Brasileiro; Modernização.

---

[1]Trabalho apresentado no GT - Organização Institucional do Futebol, 4º Simpósio Internacional de Estudos do Futebol

[2]Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). e-mail: miguelfgcunha1@gmail.com

1. Introdução

Para compreender a organização e dinâmica de funcionamento das instituições políticas do futebol brasileiro, além do comportamento dos atores sociais nelas envolvidos, o presente trabalho lançará mão da sociologia política e do pensamento social e político brasileiro enquanto recurso teórico e heurístico na tentativa de elucidar que os fenômenos políticos inseridos no âmbito do futebol brasileiro têm sua explicação no próprio processo de formação do Estado brasileiro e de suas instituições políticas.

O presente artigo está inserido no campo sociologia política, uma vez que se trata de uma área que privilegia estudos a partir de uma perspectiva macro histórica (REIS, 2015), sendo, portanto, fundamental para pensar como a atual estrutura política do futebol brasileiro tem fundamento social, no sentido de que é resultante de processos de transformação de longa duração na sociedade brasileira. Será a partir da análise da persistência de determinados comportamentos políticos incongruentes dos atores sociais com o funcionamento de instituições políticas burocráticas modernas pautadas em princípios abstratos, a chave para a compreensão da ausência de possibilidade de mudanças na estrutura do futebol brasileiro. Apesar de ser formada por instituições políticas dotadas de normatividade através estatutos e regimentos internos próprios - característica típica da burocracia moderna -, a atual estrutura de poder do futebol brasileiro possui uma arquitetura institucional que favorece aos interesses privatistas de poder dos dirigentes das federações estaduais e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em detrimento ao interesse dos clubes brasileiros.

Será, portanto, através de uma perspectiva histórica da formação do Estado-nação brasileiro enquanto experiência *sui generis* e de suas consequências na consolidação de suas instituições políticas a chave para compreender como atraso e moderno se entrelaçam no Brasil, tendo como objeto específico de estudo, no presente artigo, as instituições políticas do futebol brasileiro. É a partir de uma visão macro histórico-sociológica dos processos políticos no Brasil que será almejada a explicação para o atual formato da política do futebol brasileiro e seus impasses para mudanças significativas, realizando uma conexão entre o passado colonial brasileiro e a tenacidade dos princípios de orientação da conduta dos indivíduos vinculados a esse passado, que privilegiam interesses privados em oposição a interesses mais gerais. São esses princípios que persistem na sociabilidade brasileira e que se estendem para a dinâmica de funcionamento das instituições políticas do futebol, embaralhando princípios de conduta arcaicos e modernos e, desta maneira, moldando seu sentido de tal forma que beneficie os

interesses privados dos dirigentes.

Na primeira parte do artigo serão apresentados os principais elementos que compõem a atual estrutura política do futebol brasileiro, no intuito de demonstrar empiricamente através da apresentação de estatutos e regimentos internos como funcionam os sistemas eleitorais para a escolha de presidente e vices da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ). A opção pelo estudo da FERJ é arbitrária, uma vez que são vinte e sete federações estaduais e, portanto, para os fins do presente artigo, apenas a contemplação do funcionamento institucional da federação fluminense será suficiente. Com a apresentação de dados empíricos pretende-se demonstrar como a arquitetura institucional do futebol brasileiro possui uma lógica de funcionamento que propicia determinadas ações dos atores sociais incongruentes com a modernidade, como clientelismo, coronelismo e mandonismo. Sustentando, assim, que no Brasil o processo de modernização deu-se sem rupturas com o passado. Além dos dados retirados dos sites da CBF e da FERJ para fins de compreender o sistema eleitoral, materiais jornalísticos também serão recursos imprescindíveis para alcançar a elaboração dos fins desejados do presente trabalho, uma vez que as ciências sociais encontram no jornalismo esportivo uma das principais fontes de conhecimento empírico e dos processos no futebol (LOVISOLO, 1999).

Em um segundo momento, serão abordados elementos caros da sociologia política e do pensamento social e político brasileiro, com a finalidade de realizar um panorama sobre o processo de formação idiossincrático do Estado brasileiro e como o repertório de valores que compõem a cultura política brasileira estão intrinsicamente ligados a este processo. Serão contempladas as obras de Barrington Moore Jr., “As origens sociais da ditadura e da democracia”; de Reinhard Bendix, “Construção nacional e cidadania” e de Luiz Werneck Vianna, “Weber e a interpretação do Brasil”, além de obras do pensamento social brasileiro como de Raymundo Faoro, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Victor Nunes Leal e Antonio Candido. Com isso, pretende-se demonstrar que a persistência de princípios de orientação da conduta típicos da esfera privada – entendida como referente ao tradicional ou “atrasado” na forma de organização social – estendem-se à esfera pública - ligado à organização social da modernidade e seu processo de burocratização -, gerando um conflito entre princípios de orientação da ação dos indivíduos que são diametralmente opostos. Dessa maneira, evidenciar como no Brasil público e privado, apesar de esferas que possuem princípios distintos de orientação da conduta, se entrelaçam. Por consequência desse entrelaçamento, manifesta-se um

determinado "(...) conjunto de práticas e de valores que dão significado à vida coletiva, revelando pressupostos nos quais os atores baseiam seu comportamento cotidiano em relação às instituições e à vida política." (BOTELHO, 2011).

Na terceira e última parte serão mobilizados os elementos apresentados acerca do funcionamento das instituições políticas do futebol brasileiro realizando interlocuções com conceitos e ideias fulcrais da sociologia política e do pensamento social e político brasileiro. Com isso, pretende-se demonstrar como a atual estrutura política do futebol brasileiro está inteiramente relacionada a determinadas práticas e valores políticos dos atores sociais que dão sentido ao funcionamento das instituições dentro de uma perspectiva macrossociológica, onde as respostas são buscadas através da utilização do recurso histórico a fim de compreender como a ausência de rupturas na consolidação e modernização do Estado brasileiro resultou em consequências ainda visíveis no formato e dinâmica das instituições políticas. [3] A proposta do presente trabalho, portanto, é partir da premissa de que moderno e atraso são constitutivos e compõem a estrutura política do futebol brasileiro devido ao processo não-disruptivo de formação do Estado-nação brasileiro, onde instituições burocráticas organizadas normativamente através de estatutos e regimentos abrangem comportamentos de seus atores que estão vinculados a princípios ligados a uma esfera de ação social da conduta incongruente com a categoria weberiana de racionalidade do período moderno de burocratização da vida em sociedade. Por conseguinte, práticas clientelísticas, coronelísticas e de mandonismo que visam atender aos interesses privados dos dirigentes são partes integrantes do *modus operandi* da política do futebol brasileiro.

2. A estrutura de poder do futebol brasileiro

O atual desenho institucional da política do futebol brasileiro caracteriza-se por uma administração política centralizadora a partir da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), cujas filiadas são as 27 federações estaduais. Portanto, a peculiaridade da estrutura do futebol brasileiro em relação às associações nacionais de futebol de outros países reside justamente na existência de um modelo de sistema federativo, onde as federações estaduais são atores sociais dotados de elevado capital político e decisório. Os clubes profissionais, por sua vez,

[3] Uma das principais referências no estudo do processo de modernização conservadora no Brasil, Florestan Fernandes em "A revolução burguesa no Brasil" afirma que "Não tivemos todo o passado da Europa mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil" (FERNANDES, 2020: 37)

necessitam estar filiados à federação do Estado em que pertencem para participarem das competições nacionais organizadas pela CBF. As federações estaduais, portanto, têm o papel de intermediar a relação CBF e clubes, dotando-as de plenos poderes decisórios dentro da atual estrutura política do futebol brasileiro.

A partir de uma análise qualitativa dos documentos fornecidos pelos sites da CBF e da FERJ (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro), é possível compreender o atual sistema eleitoral para a escolha dos presidentes da entidade nacional e da entidade estadual e perceber como sua dinâmica de funcionamento beneficia aos interesses dos dirigentes destas associações em detrimento aos interesses dos clubes. Para efeitos de compreensão, o sistema eleitoral para a escolha de presidente e vices da CBF é organizado através de pesos distintos atribuídos ao eleitorado. Ao passo que os 20 clubes da primeira divisão têm peso 2, totalizando 40 votos, os 20 clubes da segunda divisão possuem peso 1. Ou seja, os clubes, unidos, têm 60 votos. As federações estaduais, por sua vez, têm peso de voto 3. Portanto as 27 federações (Estados mais Distrito Federal) possuem ao todo 81 votos no colegiado[4], conseguindo supremacia e abrindo a possibilidade de fazer valer seus interesses caso haja divergências entre federações e clubes.

No sistema eleitoral da FERJ também são atribuídos pesos distintos aos atores sociais nelas envolvidos. O colegiado que participa das eleições presidenciais da FERJ é composto, para além dos clubes profissionais que estão vinculados a ela, por uma quantidade substancial de clubes e ligas amadoras. Apesar dos clubes que integram a Primeira Divisão do campeonato carioca possuírem peso maior em relação aos demais integrantes do colegiado com peso de voto 6, eles permanecem minoritários diante dos clubes da Segunda Divisão e Terceira Divisão com pesos 4 e 2, respectivamente. Além disso, há a presença no colegiado de Ligas municipais e clubes amadores que, apesar de terem peso 1 em seus votos, somam 105 votos. [5] Portanto, mesmo que os clubes de maior relevância do Estado do Rio de Janeiro - tanto financeira como de popularidade – tenham maior peso, eles não têm capital político suficiente para realizar mudanças, uma vez que se os clubes e ligas amadoras se unam em prol de uma candidatura, eles obterão maioria no colegiado. É importante frisar que os clubes e ligas amadoras dependem

[4]Informações disponíveis em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201904/20190409135630_807.pdf. No capítulo VI -"Dos poderes" do Estatuto da CBF.

[5]Informação disponível em: http://www.fferj.com.br/Documentos/RenderDoc?caminho=http%3A%2F%2Ffferj.azurewebsites.net%2Fadmin%2FAzureStorage%2FGetDocument%3Fpath%3D2018%2F3%2F6%2F23413cfb-3051-4701-8c31-c82430ceac22.&titulo=Estatuto%20Ferj&extensao=pdf.
Capítulo IV - "Dos poderes e órgãos", Seção I - "Da assembleia geral".

fundamentalmente da existência da FERJ e os campeonatos organizados por ela para obterem receitas. Ou seja, cria-se uma forte relação clientelística entre os pequenos clubes amadores e as ligas municipais com o presidente da federação.

É possível perceber, portanto, que as eleições em nível estadual são marcadas por uma forte influência de atores sociais com pouca expressão nacional e mesmo estadual, mas que, no entanto, são fulcrais para a manutenção do *status quo*. É do interesse dos dirigentes da FERJ ter a presença deles no colegiado eleitoral apesar da inexpressividade que possuem em questão financeira e de adoração popular, uma vez que estes dependem da existência da FERJ para existirem e, por conseguinte, votarão de acordo com os interesses da entidade. A nível nacional, para a escolha de presidente e vices na CBF, as federações estaduais têm capital político maior que os clubes que integram as séries A e B do futebol nacional. Portanto, é do interesse da CBF que existam as federações estaduais devido ao seu peso de voto maior nas eleições presidenciais. Tal como nas eleições da FERJ, há uma forte relação de troca de favores entre os atores envolvidos, haja vista que a CBF sustenta em seu calendário anual os campeonatos estaduais que, por sua vez, são a principal fonte de renda para as federações estaduais. Com isso, as federações estaduais votam maciçamente de acordo com os interesses da CBF visando a manutenção da estrutura de poder que as beneficiam.

Com a breve apresentação acerca do sistema eleitoral tanto a nível estadual quanto a nível nacional das instituições políticas do futebol brasileiro, pretendeu-se demonstrar como a dinâmica de funcionamento destas instituições favorece a práticas políticas que fazem parte do repertório de ações da cultura política brasileira, como mandonismo, clientelismo e coronelismo. [6] O acentuado poder atribuído aos dirigentes da CBF e federações enquanto "mandões" em detrimento aos clubes que de fato mobilizam a paixão popular, nos possibilita prospectar até onde uma mudança estrutural do atual do modelo de organização do futebol brasileiro é possível. Será, portanto, a partir da utilização de obras da sociologia política e do pensamento social brasileiro que pretendo demonstrar como essa dinâmica institucional e as práticas dos atores que as integram têm suas respostas em um processo de longa duração que entrelaça moderno e atraso.

[6]Em matéria de 2017, o jornalista Rodrigo Mattos mostra que a FERJ estabelece uma relação um tanto quanto amigável com os clubes pequenos do Rio de Janeiro, ao, por exemplo, isentá-los da cobrança de taxas, além de arcar com as logísticas das partidas, ao passo que a federação cobra 10% da renda de bilheteria dos jogos de Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco. Disponível em: https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2017/02/05/ferj-distribui-r-30-milhoes-da-globo-e-agrados-para-times-pequenos-do-rio/

3. A sociologia política como recurso heurístico e teórico

Analisar processos de longa duração é uma das principais marcas da sociologia política. Portanto, essa subárea da sociologia nos permite analisar como os fenômenos sociais de determinado contexto local incidem sobre a consolidação de seus arranjos institucionais. O presente trabalho tem por pretensão buscar, através das bases sociais da vida política brasileira, uma explicação para a atual arquitetura institucional da política do futebol brasileiro. Para tanto, serão abordadas ideias centrais do pensamento social e político brasileiro no intuito de demonstrar como a formação do Brasil enquanto Estado-nação se deu através de um processo idiossincrático, onde não houve um rompimento com princípios de coordenação social anteriores e, portanto, incongruentes aos processos de racionalização e burocratização da vida em sociedade. Princípios de orientação da conduta dos indivíduos em sociedade marcadamente relacionados à esfera privada acabam por se entrelaçar com princípios de orientação da esfera pública, onde imperam valores racionalizados e impessoais para conseguir lidar com a complexidade da vida social moderna.

Pensando nos termos do sociólogo alemão Max Weber, o processo de modernização é acompanhado pela racionalização da vida, levando ao processo de burocratização da administração das esferas da vida social. No entanto, essas mudanças têm resultados distintos de acordo com os valores e práticas enraizados em cada sociedade, uma vez que estes valores e práticas têm fundamento social, eles não são simplesmente alterados por novos sem que haja nenhum tipo de tensão. Reinhard Bendix em "Construção nacional e cidadania" demonstra como conceitos como racionalização e burocratização são fenômenos que se desenvolvem de maneiras distintas, onde cada contexto local "reage" de uma determinada maneira, visto que possuem estruturas sociais singulares. Ou seja, para Bendix, o processo de mudança social não é generalizável e não independe das "sequências históricas" de cada sociedade (BOTELHO, 2019). Para Bendix

> A continuidade entre tradição e modernidade continua a ser uma característica de mudança social em toda parte, pois mesmo a crescente diferenciação entre cargo e família na civilização ocidental revela uma variedade de padrões historicamente condicionados. Não há razão para presumir que desenvolvimentos futuros em outras partes serão mais uniformes. (BENDIX, 1996: 381)

Ao negar a transição de uma organização social tradicional para uma organização social moderna, Bendix expõe sua negativa em relação a uma generalização dos conceitos de tradição

e modernidade, como se a experiencia da transição realizada em países europeus determinasse de maneira incontornável o que ocorreria em outros países. Desta maneira, Bendix nega a possibilidade da passagem de formas sociais de organização pautadas por princípios de orientação da conduta dos indivíduos vinculadas à tradição ou "pré-modernidade" para uma cujos princípios que orientam as ações dos indivíduos e, por conseguinte, na consolidação de suas instituições sociais, ligados à modernidade, se daria sem tensões ou sem respostas singulares de acordo com a estrutura social de cada país. Bendix quer demonstrar que os conceitos têm aplicabilidade limitada, justamente por cada país e seus arranjos sociais e culturais darem respostas distintas a fenômenos que não são iguais, mas sim semelhantes (como o de burocratização, por exemplo). No entanto, pra ele, os conceitos, apesar de limitados, possuem grande importância justamente para conseguir perscrutar as variações de cada caso.

O autor se atenta à perspectiva histórica para sustentar sua ideia de como as relações sociais ou os padrões de sociabilidade são mais duradouros do que aparentam**.** Quando pensamos a passagem da estrutura política medieval caracterizada por uma administração patrimonial para uma estrutura política moderna cuja administração é burocrática, podemos pensar que os padrões de sociabilidade anteriores simplesmente se pulverizam e surgem novos padrões. O que Bendix evidencia em sua obra é que as transições entre organizações sociais distintas se dão a longo prazo. A mudança social é um fenômeno duradouro, onde acabam por se entrelaçar padrões antigos com novos, por isso cada país tem respostas distintas para a mudança social, apesar de se tratar de fenômenos semelhantes. Portanto, o conceito de modernidade não deve ser lido de maneira uniforme ou generalizável de acordo com a experiência europeia, uma vez que cada país terá um processo de mudança social que combinará elementos arcaicos e modernos.

À luz das ideias de Bendix, é possível mencionar a obra de Antonio Candido "Dialética da malandragem" (1970), onde, analisando o romance de Manual Antônio Almeida "Memórias de um Sargento de Milícias" (1853), percebe como ordem e desordem se entrelaçam no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro do período joanino, período este onde a corte portuguesa desembarca no Brasil e, com ela, há a criação e transferência de instituições oriundas da Europa com o intuito de modernizar a colônia portuguesa que, a partir de 1808, passaria a sediar o Império português. Ao analisar o comportamento das personagens envolvidas na trama do romance, Candido observa como ordem e desordem, ou público e privado, se baralham de tal

maneira na vida social brasileira que se anulam, gerando um padrão de sociedade distinto das sociedades modernas europeias. Para Candido, é devido a esta fluidez e ausência de rigidez na jovem sociedade brasileira que se dão acomodações entre princípios antitéticos de orientação da conduta dos indivíduos, tornando da hipocrisia um pilar da civilização (CANDIDO, 1970). Portanto, para o autor, a sociedade brasileira enquanto

> Uma sociedade jovem, que procura disciplinar a irregularidade da sua seiva para se equiparar às velhas sociedades que lhe servem de modelo, desenvolve normalmente certos mecanismos ideais de contensão, que aparecem em todos os setores. No campo jurídico, normas rígidas e impecavelmente formuladas, criando a aparência e a ilusão de uma ordem regular que não existe e que por isso mesmo constitui o alvo ideal (Ibidem).

Trazendo para a perspectiva de um estudo acerca do Brasil, Luiz Werneck Vianna em "Weber e a interpretação do Brasil" elabora um trabalho de análise da recepção que as categorias weberianas tiveram entre os intelectuais brasileiros na interpretação de fenômenos sociais e políticos no contexto cultural brasileiro. Sob a ótica de compreender o atraso brasileiro, Vianna apresenta duas recepções distintas que os conceitos de Weber são utilizados: a primeira, cujo maior expoente é Raymundo Faoro, vê na figura do Estado nacional, de sua lógica de funcionamento patrimonialista e das instituições políticas oriundas da herança do patrimonialismo ibérico, o grande mal que acomete a sociedade brasileira e seu processo de modernização, uma vez que inibe o desenvolvimento, na esfera pública, de um liberalismo político e econômico cuja consequência seria a maior representatividade de interesses plurais no Estado; Estado este que, para Faoro, "sufoca" a sociedade civil. Faoro atribui maior relevância ao Estado, para ele este ator possui uma autonomia em relação à sociedade civil, sendo, portanto, o principal elemento de seus estudos acerca do atraso brasileiro. Para o autor, sendo o Brasil "Herdeiro do patrimonialismo português, recebeu, com a independência, o impacto do mundo inglês, já moderno, adotando a máscara capitalista e liberal, sem negar, ou, como se diria com mais propriedade, sem superar o patrimonialismo." (FAORO, 1993:17).

A outra corrente de interpretação do Brasil a partir de categorias weberianas de análise vê na própria dinâmica das relações sociais a perpetuação de valores patrimonialistas. Este eixo de interpretação se caracterizaria pelo

> (...) compromisso que se estabeleceu, a partir da Independência, entre a ordem racional-legal e a patrimonial, entre o liberalismo da forma do político e as estruturas econômicas herdadas da Colônia, entre o atraso e o moderno. A ruptura não deveria estar referida ao Estado, mas sim às relações sociais de padrão patrimonial. (VIANNA, 1999: 7)

Uma das proponentes do presente eixo que vê no Brasil um patrimonialismo societal é Maria Sylvia de Carvalho Franco, socióloga paulista cuja principal trabalho "Homens livres na ordem escravocrata" de 1969, perpassará pela questão da relação entre um poder público frágil e um grande poder privado na figura dos proprietários de terra. Dedicando seu estudo para a relação dos homens livres pobres com a esfera do trabalho e da política, Franco observará como esses indivíduos dependerão basicamente do favor para viver em terras alheias, uma vez que estão apartados do sistema econômico cuja mão de obra era escrava. Essa relação de favor entre atores políticos assimétricos (homens livres pobres e proprietários de terra) resultará em um tipo de dominação que vigorou durante séculos no Brasil, dominação esta que a autora conceitualização como "dominação pessoal". A dominação se caracteriza por pessoal pois os atores nela envolvidos se veem integralmente enquanto "pessoas" livres, em oposição à figura do escravo, visto como mera mão de obra. Apesar de aparentar ser uma relação de dominação" amigável" cujas principais características é a prestação e contraprestação de favores de ambos os lados, mas que, no entanto, esconde uma forte relação de dependência do homem livre pobre para com o senhor de terras.

Para a autora, ao se vincular um Estado cujos meios administrativos eram altamente precários com um poder demasiado na figura dos proprietários de terras, a consequência disso é a extensão do princípio regulador que regia as relações sociais para a esfera pública. O processo de modernização e burocratização do Estado brasileiro se dá de maneira idiossincrática, haja vista que para Franco

> "(...) o resultado disto foi que, em lugar do funcionário público tornar-se cada vez mais um executivo que apenas gere os meios da administração, manteve-se preservada a situação em que ele detinha sua propriedade. Isto significa, evidentemente, que ele os podia controlar autonomamente, *pois ele os possuía.* Seu, era o dinheiro com que pagava obras; seu, o escravo cujos serviços cedia; sua, a casa onde exercia as funções públicas." (FRANCO, 1997: 131).

Portanto, é através do entrelaçamento entre o que é bem público e o que é bem privado, que o princípio de orientação da dinâmica da sociabilidade brasileira caracterizado

pela autora como o da dominação pessoal se estende à esfera do Estado, moldando seu sentido e as ações dos indivíduos que nela atuam. É negação do princípio básico, para Weber, de separação do funcionário público dos seus meios de trabalho na burocracia de uma ordem moderna racional- legal.

Apesar das diferenças de abordagem entre Raymundo Faoro e Maria Sylvia de Carvalho Franco na utilização de conceitos weberianos para analisar o Brasil, uma vez que Faoro privilegia a análise do Estado e suas instituições, enquanto Franco realiza seus estudos a partir da perspectiva dos fenômenos inerentes à própria dinâmica da vida social e dos atores que a ela atribuem sentido, ambos se assemelham em um aspecto fundamental para o presente trabalho: a questão do atraso e da necessidade de uma ruptura histórica com o passado e suas estruturas a fim de que o processo de modernização ocorra de fato. Ambos enfatizam que há o entrelaçamento entre princípios arcaicos e modernos que dão um sentindo idiossincrático à modernidade, onde o contexto local não pode ser descartado da análise, como demonstrado por Reinhard Bendix.

Um autor fundamental para compreender o processo de modernização por qual passam as sociedades é Barrington Moore Jr. Em seu "As origens sociais da ditadura e da democracia", Moore utiliza do método histórico-comparado para realizar um estudo sobre a estruturação das classes rurais, onde seu papel e destino são fulcrais para entender os acontecimentos posteriores de um determinado país. É a partir de uma análise da classe camponesa e da aristocracia proprietária de terra e a sua relação com o comércio que Moore analisa a mudança social e os processos distintos por qual os países passam durante a modernização de sua estrutura social. Para Moore

> Existem diferenças estruturais nas sociedades agrárias que podem, em certos casos, favorecer o subsequente desenvolvimento em direção à democracia parlamentar, enquanto que outros pontos de partida tornariam essa realização difícil ou poderiam anulá-la por completo. O ponto de partida não determina inteiramente, sem dúvida, o curso subsequente da modernização. (...) Contudo, mesmo que o ponto de partida não seja decisivo, alguns poderão ser mais favoráveis que outros para um desenvolvimento democrático. (MOORE JR., 1983: 409)

Em seu estudo histórico-comparado, Moore estabelece três vias distintas que os países podem seguir na passagem do tradicional para o moderno. A primeira via seria por uma revolução burguesa, onde há uma ruptura com o passado através de guerras civis, criando, desta maneira, as condições para a ascensão de um novo sistema econômico com uma nova forma

de governar. É a união entre capitalismo e democracia parlamentar, cujos principais representantes bem-sucedidos dessa via são Inglaterra, França e Estados Unidos. A segunda via, por sua vez, apesar de também introduzir o capitalismo como sistema econômico predominante, tem por característica uma introdução que não se realiza através do rompimento com estruturas "pré-modernas" de produção. As mudanças, nesse caso, se dão por uma "revolução vinda de cima", onde as mudanças são introduzidas pelas classes dominantes sem que haja rupturas estruturais significativas; para Moore, os principais exemplos dessa via são a Alemanha e o Japão. Uma das principais características da modernização conservadora da segunda via é que se tentava "(...) preservar a estrutura social inicial, aplicando grandes seções dessa estrutura no edifício novo, sempre que possível." (Ibidem: 432). A terceira via seria a via da revolução camponesa, o que levaria ao comunismo, como nos casos da China e Rússia.

Para compreender o caso brasileiro, convém inseri-lo na segunda via apresentada por Barrington Moore, cuja transição para a modernidade se deu através de uma revolução conservadora vinda do alto, através de um processo que não se deu de maneira disruptiva. Elisa Reis (1982), utilizando das alternativas apresentadas na obra de Barrington Moore como recurso heurístico, demonstra como no período da Era Vargas enquanto momento mais modernizante e de fomento do industrialismo na sociedade brasileira, não ocorreu um rompimento com as elites agrárias, que passaram a compor juntamente com as elites industriais o novo arranjo político. Com isso houve

> A preservação do sistema de propriedade de terra e das relações de trabalho no campo permitiu manter inalteradas as bases do poder local dos latifundiários. No contexto urbano, a estratégia adotada para incorporar a classe trabalhadora ao sistema político atrelou-a firmemente ao controle do Estado. A modernização "pelo alto" gradualmente se afirmou, promovendo mudanças decisivas, sem, contudo, permitir uma ruptura radical com os antigos padrões de dominação. (REIS, 1982: 340)

É imprescindível utilizar as obras apresentadas na presente seção enquanto recurso teórico e heurístico na tentativa de compreender o contexto histórico de formação do Estado brasileiro, atentando para seu processo de modernização. Desta maneira, é possível perscrutar sociologicamente determinados comportamentos políticos e compreender a lógica de funcionamento de instituições políticas. É partindo da premissa de que tradicional e moderno se fundem no Brasil, conjurando elementos e ações vinculados a tipos de organização social pré-moderna com elementos de uma organização social moderna para compreender a atual

estrutura de poder do futebol brasileiro e os impasses para mudanças advindos de seu formato.

4. A política do futebol brasileiro sob a perspectiva da sociologia política

Elaborar uma sociologia política do futebol brasileiro é pensar sob a ótica de processos de longa duração, tendo como enfoque e premissa um processo de modernização do Estado e de suas instituições sociais e políticas ainda em andamento. É pensar, portanto, como o atual sistema federativo da política do futebol brasileiro tem sua explicação em um "passado que ainda não passou". É através da utilização do recurso histórico e comparativo com outros modelos de gestão do futebol profissional presente em realidades sociais distintas que podemos perceber como o atual modelo do futebol brasileiro e sua dinâmica institucional são favorecedoras a um repertório de ações dos atores nela envolvidos que estão carregados de valores ligados à esfera pré-moderna de orientação da conduta. O resultado disso é a perpetuação de valores e práticas que compõem historicamente a cultura política brasileiro de prevalência da esfera privada sobre a pública.

A cadeia de poder do futebol brasileiro favorece aos interesses dos "mandões locais", representados nas figuras dos presidentes de federações que possuem alta influência sobre os pequenos clubes e ligas amadoras cuja existência depende fundamentalmente da manutenção dessas federações estaduais. As federações estaduais, portanto, estabelecem uma relação assimétrica e altamente clientelística com esses atores políticos que são fundamentais para a base eleitoral de seus presidentes. A CBF, por sua vez, tem nas federações estaduais seus principais aliados, visto que possuem maior peso de voto nas eleições presidenciais da entidade máxima do futebol brasileiro, como demonstrado anteriormente. A relação entre CBF e federações estaduais é como um "sistema de reciprocidade" que caracteriza o fenômeno político do Coronelismo, segundo Victor Nunes Leal (2012), onde este se fundava "(...) numa ampla rede de relações e pactos políticos em diferentes instâncias, do munícipio à esfera federal, passando centralmente pela estadual, toda essa rede de perpassada por favores e compromissos recíprocos entre as suas diferentes partes constitutivas." (BOTELHO, 2019: 44).

É importante frisar, entretanto, que para Leal o fenômeno do Coronelismo não significava um aumento do poder dos coronéis locais, mas sim um enfraquecimento de seu poder haja vista que a esfera pública começara a se fortalecer. O Coronelismo, portanto, seria um mútuo acordo entre as partes, onde governo federal, estadual e os mandões municipais se beneficiavam através da reciprocidade de influências e liberdade de exercer o poder. Apesar

das diferenças, o Coronelismo é um bom exemplo de fenômeno político brasileiro resultante de um processo de mudança social para entender a cadeia coercitiva de poder que existe na estrutura política do futebol brasileiro e a persistência de determinadas práticas políticas que possuem fundamento social. O que pretendo sustentar é que, o que ocorre na política do futebol, tem raízes na estrutura social e política do Estado brasileiro.

Portanto, é pretensão do presente artigo pensar que atraso e moderno se fundem na arquitetura institucional do futebol brasileiro como reflexo do próprio processo de modernização inacabado do Estado brasileiro e de suas instituições, onde há um entrelaçamento entre princípios arcaicos e modernos. O entrelaçamento se dá porque são instituições burocráticas caracteristicamente modernas, cuja administração é baseada através de estatutos e regimentos internos. No entanto, sua dinâmica de funcionamento favorece a interesses privados dos dirigentes em detrimento dos interesses dos clubes – vide a atribuição de peso aos votos, como demonstrado anteriormente. A tentativa de mudanças profundas na atual estrutura de poder é inconcebível devido ao seu formato, que inibe os clubes de atuarem de maneira independente, uma vez que os clubes devem obrigatoriamente estarem filiados à federação de seu Estado para disputarem os campeonatos nacionais e, por conseguinte, internacionais, principais geradores de receitas aos clubes através do pagamento de direitos de transmissão da televisão.

Há, atualmente, um movimento em vigor dos clubes das Séries A e B do futebol brasileiro na tentativa da criação de uma Liga independente de clubes, que teria como prerrogativa a organização do Campeonato Brasileiro sem depender da CBF[7], atual organizadora das competições. A dificuldade que o movimento de mudança encontrará reside da existência das federações estaduais. Com mais força e peso que os clubes nas tomadas de decisão, as agremiações dependeriam da aprovação das federações para criação da Liga, isto porque há dois tipos distintos de Assembleia Geral previstas no estatuto da CBF e os clubes têm participação prevista apenas na Assembleia Geral Eleitoral, cuja função é definir o presidente e vice-presidentes da entidade; a Assembleia Geral Administrativa, por sua vez, aquela na qual são definidas questões mais profundas como mudanças no calendário, destituição de presidente e prestação de contas da Confederação, tem participação apenas das entidades estaduais. Ou seja, para a criação da Liga os clubes dependeriam também das

[7] Sobre o atual movimento dos clubes, ver: https://ge.globo.com/futebol/noticia/clubes-da-serie-a- concordam-em-criar-uma-liga-para-organizar-o-campeonato-brasileiro.ghtml

federações estaduais, cujo interesse maior é manter o poder da CBF sobre a organização do calendário e das competições, uma vez que assim permanecerão os campeonatos estaduais que geram as receitas para garantir suas existências.

Como contraponto ao atual modelo de gestão política do futebol brasileiro, na Inglaterra vigora um modelo de gestão que atribui maior poder aos clubes, uma vez que são eles que organizam, independentemente da federação inglesa de futebol, a FA (Football Association) o campeonato nacional, a "Premier League" que tem sua criação no ano de 1992, após contexto favorável de intervenção estatal na modernização dos estádios financiada por uma agência pública (PRONI, 2020), na tentativa de tornar o ambiente mais favorável a um espectador tratado como consumidor de um produto em detrimento dos *hooligans*[8], grupos de torcedores vistos como arruaceiros e causadores da violência nos estádios. Apresenta-se como um modelo de Liga independente da federação nacional altamente rentável. É necessário levar em consideração o valor de mercado do futebol inglês em comparação ao futebol brasileiro[9], uma vez que o campeonato inglês possui várias das melhores equipes do mundo com diversos jogadores de destaque internacional, além de um modelo de gestão empresarial que permite que equipes tenham "donos" que injetam altas cifras de dinheiro com o intuito de explorar o potencial de mercado da marca, em detrimento do modelo associativo civil sem fins lucrativos dos clubes brasileiros. Há, atualmente, clubes brasileiros aderindo ao modelo de gestão empresarial da SAF (Sociedade Anônima do Futebol)[10], permitindo a venda da gestão do futebol dos clubes a terceiros. Entretanto, é o modelo descentralizado do futebol inglês que, inegavelmente, permite que a gestão seja bem-sucedida gerando grandes receitas aos clubes, uma vez que estes defendem seus interesses de maneira independente do órgão político do futebol nacional.

Não se deve, no entanto, desconsiderar as diferenças culturais e geográficas ao

[8] Para compreender melhor o submundo do hooliganismo, ver "Entre os Vândalos", livro de Bill Buford escrito a partir da experiência de infiltração do autor em um grupo de torcedores ingleses.

[9] Em recente matéria, o jornalista Rodrigo Mattos apresenta a disparidade do campeonato brasileiro e do campeonato inglês no que tange aos direitos de transmissão da televisão. Disponível em: https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/rodrigo-mattos/2021/11/21/premier-league-ganha-mais- com-tv-so-nos-eua-do-que-brasileiro-inteiro.htm#:~:text=O%20novo%20acordo%2C%20no%20entanto,momento%20%2D%20h%C3%A1%20direitos%20em%20aberto.

[10] Em matéria do dia 27/01/2022, o jornal Folha de São Paulo diz que "Ao menos 19 dos 40 clubes são companhias privadas ou têm planos para virar" entre os clubes das séries A e B. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2022/01/saf-atrai-times-das-series-a-e-b-do-campeonato-brasileiro- mas-nao-e-unanimidade.shtml

olharmos para o modelo inglês e considerarmos uma referência absoluta a ser seguida, sob o perigo de se adotar um idealismo modernizador do futebol com um viés eurocêntrico (MARCHI JR e SOUZA, 2020) e mercadológico, tratando-o apenas como um grande negócio. A peculiaridade brasileira de existência de federações estaduais está vinculada não apenas a uma "estratégia" de manutenção de uma cadeia de poder coercitiva, mas a uma tradição secular de campeonatos estaduais. É preciso levar em consideração que a realidade do futebol brasileiro não se atém aos grandes clubes que compõem as divisões nacionais pois "(...) os clubes mais ricos são uma pequena parcela dos mais de 700 clubes de futebol profissionais registrados na CBF [são 27 federações estaduais e na maioria delas há mais de uma divisão]." (PRONI, 2020: 524). O que se defende no presente artigo, portanto, não é que haja o desmantelamento dos campeonatos estaduais e de suas federações, uma vez que existem inúmeros clubes que dependem dos torneios estaduais para arrecadarem e se manterem; defende-se que haja uma ruptura dos grandes clubes brasileiros com as federações de seus Estados com a CBF, para que haja uma governança em conjunto que atenda exclusivamente os interesses dos clubes e de seus torcedores.

5. Considerações finais

O intuito do presente artigo foi demonstrar sob a perspectiva da sociologia política os fenômenos políticos inseridos no âmbito do futebol brasileiro. A conclusão que se retira é que há uma defasagem institucional e estrutural na política do futebol brasileiro, onde atraso e moderno, enquanto ordens distintas, coexistem e geram consequências deletérias sobre a organização do futebol nacional. A explicação para tal conclusão deu-se através de uma construção interpretativa que buscou nos processos de mudança social de longa duração no Brasil a persistência de elementos ligados a um princípio de ação "pré-moderno", onde se privilegia uma gestão institucional que almeja satisfazer interesses privados que, no entanto, está inserida em instituições caracterizadas por uma administração burocrática, típica da modernidade. Tentei demonstrar, também, que a coexistência de elementos arcaicos e modernos resulta em uma dinâmica institucional peculiarmente brasileira, cujo recorte exemplificador é a existência das federações estaduais enquanto atores políticos fundamentais para a sustentação do atual formato da política do futebol brasileiro, formato este que torna a atual estrutura praticamente intransponível a mudanças.

Evitando uma abordagem eurocêntrica da organização do futebol, busquei interpretar a

atual estrutura de poder do futebol brasileiro dentro de uma abordagem mais abrangente que leva em consideração o próprio passado da sociedade brasileira e seu desenvolvimento histórico, o que acaba por acarretar em especificidades estruturais. Não se deve desconsiderar as diferenças sociais e econômicas entre, por exemplo, Brasil e Inglaterra para compreender as divergências existentes entre os modelos de gestão do futebol. A despeito da relevância atribuída às diferenças culturais, tendências históricas e processos sociais de cada sociedade, o presente artigo defende uma mudança estrutural do futebol brasileiro e de seu atual modelo de gestão centralizadora, reconfigurando, assim, a relação entre os clubes que integram as primeiras divisões do futebol nacional e os órgãos reguladores do futebol brasileiro, tal como o modelo inglês de gestão do futebol. Desta maneira, reduzir-se-ia o poder concentrado nas mãos dessas instituições, aumentando a capacidade de organização dos clubes de maneira independente e, assim, atendendo prioritariamente seus interesses e da massa de torcedores que os seguem.

Referências bibliográficas

BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

BOTELHO, André. *O retorno da sociedade – política e interpretações do Brasil*. Editora Vozes, 2019.

CANDIDO, A. (1970). *Dialética da Malandragem*. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, (8), 67-89.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; 1ª edição, 2013.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol - Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria; 2ª edição, 2010.
FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul; 4ª edição, 2012.

_____. "A aventura liberal numa ordem patrimonialista". Revista da USP, n. 17, 1993, pp; 14-29.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 6ª edição, 2020.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Unesp, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras; 1ª

edição, 2012.

LOVISOLO, Hugo. Saudoso futebol, futebol querido: A ideologia da denúncia (1999). In: HELAL, Ronaldo; SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLO, Hugo (Orgs). *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria.* Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2ª edição, 2012.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes: 1983.

PRONI, Marcelo Weishaupt e GIGLIO Settani Sérgio (Orgs). *O Futebol nas Ciências Humanas no Brasil*. PRONI, Marcelo Weishaupt e GIGLIO Settani Sérgio (Orgs). São Paulo: Editora Unicamp, 1ª edição, 2020.

_____. *Futebol bom é o europeu?! Sobre as teses do atraso e do desvio na leitura do processo modernizador futebolístico brasileiro.* SOUZA, Juliano de. e MURCHI JR., Wanderley. Pp. 255-275.

_____. *O futebol empresa no Brasil.* PRONI, Marcelo Weishaupt. Pp. 524-553.

REIS, Elisa. *Elites Agrárias, State Building e Autoritarismo*. *Dados*, 25, 3, 1982, pp 331-348.

_____. *Sociologia política e processos macro-históricos*. In: Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 17, no 38, jan/abr 2015, p. 18-43.

SCHWARCZ, Lilia e BOTELHO, André. Público e privado no pensamento social brasileiro. In: *Agenda Brasileira – Temas de uma Sociedade em Mudança*. São Paulo: Companhia das Letras; 1a edição, 2011.

SCHWARZ, Roberto – *As ideias fora do lugar*. In: Ao vencedor as batatas. São Paulo: Editora 34; 6ª edição, 2012.

SUZUKI JR., Matias. *Sistema federativo impede melhorias dos campeonatos disputados no Brasil*. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de fevereiro de 1997. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/2/25/esporte/19.html

VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. In: Jessé Souza (org.), O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira, Brasília, Ed. da UnB.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio - O futebol e o Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2013.